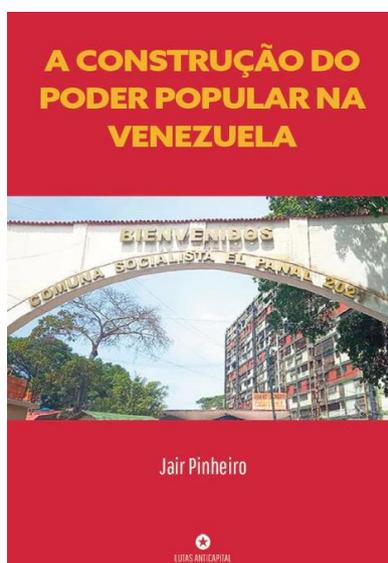


Resenha do livro “A construção do poder popular na Venezuela”

Roberto Bitencourt da Silva (*)



PINHEIRO, Jair. *A construção do poder popular na Venezuela*. Marília-SP: Lutas Anticapital, 2022, 197 p.

Há décadas, a experiência política venezuelana tem sido motivo de grande controvérsia no Brasil. Sobretudo em função das escolhas, iniciativas e percalços dos sucessivos governos de esquerda autointitulados bolivarianos, de Hugo Chávez a Nicolás Maduro. Na linha editorial dos meios massivos de comunicação e entre as forças políticas conservadoras-liberais, a chave descritiva, via de regra demonizante, gira em torno do uso dos termos ditadura e populismo. Não é ocioso assinalar que parcelas expressivas dos setores progressistas no Brasil pagam tributo a esse esquema conservador de percepção.

O bolivarianismo do governo venezuelano, nessa apreciação, é classificado como ditatorial por não espelhar certas regras da democracia representativa e do regime capitalista de acumulação neoliberal e financeiro. De um lado, a vigência de instituições e formas de participação política que não se limitam às eleições e à representação partidária da vontade popular faria da Venezuela um “regime ditatorial”. De outro, a adoção de normas jurídicas e

(*) Doutor em História (UFF), com pós-doutorado realizado no curso de História/UFF, nas linhas de pesquisas de História do Brasil Republicano e Pensamento Social Brasileiro; mestre em Ciência Política (UFRJ), professor da Faculdade de Educação Tecnológica do Estado do Rio de Janeiro (Faeterj-Petrópolis/FAETEC) e da SME-Rio. Integrante do Grupo de Pesquisa Estado, Trabalho, Educação e Desenvolvimento (GPETED/UFF).

experimentos econômicos que socializam a propriedade de parte do sistema produtivo, igualmente, importaria em práticas pretensamente “populistas”, “demagógicas” e “irracionais”.

Cumpra salientar que, na opinião pública manufaturada pelos oligopólios de comunicação, faz-se *tábula rasa* de um conjunto diversificado de sanções econômicas impostas pelo governo dos Estados Unidos. Este almeja asfixiar os padrões de consumo popular, de modo a fomentar um grande desgaste do governo venezuelano em operações tipicamente tirânicas e imperialistas de *regime change*. A apropriação da fabulosa renda do petróleo como objeto maior nas investidas direcionadas à mudança do governo.¹ Algumas sanções que geram escassez e dificuldades várias no cotidiano da maioria da população são as que seguem:

- a) A proibição do acesso de instituições do Estado venezuelano ao sistema bancário internacional, impedindo transações, vendas e compras externas, o que promove carências de produtos e insumos para fabricação interna de bens e a oferta de serviços.
- b) A aplicação de sanções econômicas secundárias, violando o direito internacional à sobrevivência material do país e inibindo o seu comércio com o exterior, já que introduz prerrogativas econômicas que constroem países e empresas de outras nações a não fazerem negócios com a Venezuela.²

Além disso, também costuma ser “esquecida” a natureza violenta e golpista das forças políticas e empresariais de oposição ao governo. De maneira recorrente, a oposição instrumentaliza o uso da força em seus protestos, assassinando adeptos do bolivarianismo chavista, interpelando a intervenção de segmentos militares e mais usualmente a máquina bélica dos Estados Unidos. Tudo para preservar privilégios seculares. A guerra econômica levada a cabo pelas grandes corporações, paralisando atividades produtivas e boicotando a distribuição de artigos de consumo, como destaca Jair Pinheiro, consiste em um processo de politização da economia. Isto é, certos meios de produção são convertidos em poder político visando derrubar o governo legitimamente constituído por intermédio do voto.³

¹ KOVALIK, Dan. *The plot to overthrow Venezuela*. Nova Iorque: Hot Books, 2019.

² DE LA CRUZ, Claudia; DE LOS SANTOS, Manolo; PRASHAD, Vijay. *Viviremos: Venezuela contra la guerra híbrida*. Buenos Aires: Batalla de Ideas: Tricontinental Instituto de Investigación Social, 2021.

³ PINHEIRO, Jair. *A construção do poder popular na Venezuela*. Marília-SP: Lutas Anticapital, 2022, p.173-174.

Isso posto, uma enriquecedora contribuição para o debate qualificado a respeito dos processos políticos e econômicos vivenciados pela sociedade venezuelana é o livro publicado pela editora Lutas Anticapital, cujo título é *A construção do poder popular na Venezuela*. Fruto de pesquisas realizadas por anos, o autor, cientista político e professor da Universidade Estadual Paulista (Unesp), Jair Pinheiro, oferece uma abordagem esclarecedora sobre o que efetivamente está em disputa na Venezuela.

Em linhas gerais, na ótica de Jair Pinheiro, prevalece o conflito entre duas concepções antagônicas de democracia: uma democracia limitada, notoriamente conhecida como representativa e assentada no poder de classe das burguesias doméstica e internacional. Na contramão, tem alcançado acentuada capacidade de institucionalização uma democracia que privilegia a ampliação da participação política popular nos processos decisórios, conferindo protagonismo para a maioria da população na definição das diretrizes de governo e no conteúdo das leis que conformam o ordenamento jurídico do país. A própria Constituição atribui relevância maior à participação direta em relação à representação política.⁴

Com isso, mecanismos legais como o plebiscito e o referendo popular servem como guias para a ação dos representantes políticos. Combater o insulamento da política em face à vontade e às necessidades populares se coaduna com um dos propósitos do processo revolucionário galvanizado há mais de duas décadas por Hugo Chávez, que sintetizou e liderou as lutas sociais contrárias ao poder das oligarquias e do capital internacional, na expectativa de refundar a República.⁵

Como oportunamente chama a atenção o autor, “toda democracia é um regime de classe”, de sorte que a contradição política entre as mencionadas versões democráticas está ancorada em uma luta de classes pelo poder de impor a direção do Estado e moldar as relações sociais de produção.⁶ Nesse sentido, a democracia participativa e comunal venezuelana, em construção, tem promovido novas formas jurídicas de participação política – como os conselhos comunais e os conselhos de trabalhadores por empresas –, buscando institucionalizar a ativação política e a gestão econômica popular. Em outras palavras, promover a socialização da capacidade de produção jurídico-normativa e econômica.⁷

⁴ Idem, p. 40-44.

⁵ Idem, p.19-22.

⁶ Idem, p.33.

⁷ Idem, p. 87-96.

Esse “novo paradigma constitucional”,⁸ também apoiado na criação de diferentes modalidades de propriedade (empresas de propriedade social, estatais, cooperativas de trabalhadores, empresas falidas recuperadas pelos proletários etc.), tem sido alvo de violenta oposição do governo dos EUA, das oligarquias e burguesias venezuelanas e, de resto, latino-americanas. É o poder imperialista ianque e da burguesia continental que tem sido frontalmente contestado pela experiência socialista e bolivariana da Venezuela.

Partindo da análise sobre o caso venezuelano, um tema de especial interesse mobilizado por Pinheiro diz respeito aos processos de transição para o socialismo. O autor entende que o país vizinho vivencia uma experiência de “revolução política”, emoldurando um corpo de leis e instituições que permite encetar novas relações sociais de produção, mudando, pois, o panorama das relações entre as classes sociais.

Na perspectiva do autor, os fatores políticos tendem a ganhar maior importância em uma transição para o socialismo do que a experiência capitalista histórica revelou. Isto é, a civilização capitalista contou com a emergência de formas de trabalho e instituições econômicas prévias ao domínio e à formação do Estado propriamente burguês. Já a experiência socialista (como o demonstra a revolução bolivariana da Venezuela) vê-se tolhida da possibilidade previamente embrionária de instituições socializantes na economia:

O desenvolvimento de relações socialistas de produção no interior do modo de produção capitalista só pode ser concebido como ensaios muito marginais, já que em larga medida a coerção econômica exercida pelo mercado estabelece limites estreitos para tais experiências.⁹

Com efeito, o impulso político e a capacidade organizacional das massas correspondem a matérias-primas vitais para a promoção de mudanças que persigam a ruptura com as relações sociais assimétricas de poder tipicamente capitalistas. Vale frisar que, espontaneamente, a economia capitalista – sobretudo, em um país periférico e subordinado na divisão internacional do trabalho – é destituída da capacidade de oferecer condições para a sua superação. Quando e se necessário, a destruição das próprias forças produtivas (instalações físicas, infraestrutura, maquinário e, sobretudo, força de trabalho humano), essa destruição está integrada à lógica do capital, de modo a preservar o capitalismo e a exploração imperialista, almejando incrementar a mercantilização da vida, a disciplina sobre o trabalho e a circulação e acumulação de capital.

⁸ Idem, p.150.

⁹ Idem, p.154.

Não há mudança de sabor humano emancipatório, politicamente democrática e economicamente socializante, que possa ser considerada automaticamente derivada dos fatores da produção e da distribuição capitalista. A mediação da cultura e a intervenção política são ingredientes decisivos para que os povos virtualmente abram a rota para o socialismo.

Na esteira do marco interpretativo de Darcy Ribeiro, pode-se argumentar que a radical mudança econômica do sistema produtivo requer, antes, iniciativas populares que sejam dotadas de uma subjetiva vontade política fecunda. Iniciativas capazes de prover visões alternativas de sociedade e de mobilizar amplas faixas das classes trabalhadoras, médias e marginalizadas, à ação transformadora. Um caldeirão cultural que, deliberada e intencionalmente, dê sustentação a uma profunda reformulação do ordenamento jurídico e das instituições do Estado.¹⁰ Variáveis que tipificam a experiência venezuelana do chavismo.

Assim, a natureza pedagógica da política tende a sobressair, em flagrante antagonismo com o infértil e domesticado eleitoralismo que predomina na *práxis* das esquerdas institucionais brasileiras. Adicionalmente, importa assinalar que os esforços voltados para a superação dos limites dados pela dependência tecnológica, pela superexploração do trabalho e por grotescas desigualdades sociais – marcas arquetípicas das sociedades latino-americanas – demandam subjetividade, tenacidade e vontade política. Esses recursos são fundamentais para que *nuestra América* busque internalizar domínio tecnológico, procure exercer soberania no concerto mundial das nações e dinamizar a participação democrática em suas sociedades. Os desafios são eloquentes, como mostra o imprescindível estudo de Jair Pinheiro.

O livro *A construção do poder popular na Venezuela* explora diferentes fontes de investigação e análise, tais como: diplomas legais, entrevistas realizadas com lideranças políticas e com demais personagens do povo venezuelano, além do uso de uma literatura especializada pertinente. Trata-se de um estudo de consulta inescapável para os leitores que se interessam pelos dilemas e pela engenhosidade criativa dos povos latino-americanos.

Recebido em: 6/11/2023.

Aceito em: 20/11/2023.

¹⁰ RIBEIRO, Darcy. *O processo civilizatório*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. RIBEIRO, Darcy. *As Américas e a civilização*. Petrópolis-RJ: Vozes, 4ª ed., 1983.